

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À REPRESENTATIVIDADE DOS OFICIAIS

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às 13h50min, no auditório da Associação da Vila Militar, situado na Rua Santo Antônio, nº 96, Bairro Rebouças, município de Curitiba-PR, deu-se início à reunião para tratar da representatividade da classe dos Oficiais, estando presentes: Cel. PM RR, Sérgio Luiz Malucelli, Cel. PM RR Justino Henrique de Sampaio Filho, Cel. PM RR Izaías de Farias, Maj. QOBM Maurício Genero, Maj. QOPM Elias Ariel de Souza, Maj. QOPM Josemar Rogério Biscaia, Cap QOPM Robson Alves, Cap. QOBM Mario Sérgio Garcez da Silva, Cap. QOPM Carlos Alberto Rocha, Cap. QOPM Ederson Ubirajara Martins, Cap. QOPM, Luciano Blasius, Cap QOPM Idevaldo de Paula Cunha Júnior, Cap. QOPM Dalton Gean Perovano, Cap. QOPM Robson Luiz Selleti, Cap. QOBM Dorico Gabriel Borba, Cap. QOPM Luiz Alexandre Murbach Soares, Cap. QOPM Valter Ribeiro da Silva, Cap. QOPM Pedro Paulo Porto de Sampaio, Cap. QOPM Wladimir Denkewski, Cap. QOPM Cláudio Prus, Cap. QOPM Cláudio Todisco Silveira, Cap. QOPM Gustavo Dalledone Zancan, Cap. QOPM José Carlos Ludovico, Cap QOPM Alvaro Gruntowski, Cap. QOPM Luiz Frederico da Mota Figueiredo, Cap. QOPM Ronaldo Carlos Goulart, Cap. QOPM Luiz Carlos Lemos Junior, Cap. QOPM Rodolfo Kredens Silva, Cap. QOPM Cristiano Israel Caetano, Cap. QOPM Cecílio Campiolo Luz, Cap. QOPM Eliéser Antonio Durante Filho, Cap. QOPM Cezar Hoinatski, Cap. QOPM Ilson de Oliveira Júnior, Cap. QOPM Ricardo Diniz Bolwerk Lima, Cap. QOPM Adilson Martendal de Oliveira Santos, 1º Ten. QOA RR Jorge Luis da Silva, 1º Ten. QOPM André Henrique Soares, 1º Ten. QOPM Estevão Holler Júnior, 1º Ten. QOPM Rafael Cezar Simino, 1º Ten. QOPM Alessandro Eduardo Maceno 1º Ten. QOPM Marcos Daner de Andrade, 1º Ten. QOPM Marcelo Trevisan Karpinski, 1º Ten. QOPM Marcelo Vieira de Lima, 1º Ten. QOPM Caroline Costa 1º Ten. QOPM Lauro Sperka Júnior, 1º Ten. QOPM Carolina Pauleto Ferraz Zancan, 1º Ten. QOPM André Luis Seniski, 1º Ten. QOPM Mário Picetskei Júnior, e 2º Ten. QOPM Luiz Fernando Foppa de Almeida.

Cumprimentando os referidos Oficiais, o Cap. Goulart agradeceu a presença de todos e o interesse demonstrado pelo tema. Fez menção ao grande número de Oficiais que por razões diversas não puderem comparecer, mas que demonstraram o apoio à iniciativa e reforçaram sua participação nos próximos encontros. Comentou sobre manifestação de apoio do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Cesar Vinicius Kogut. Destacou a colaboração do Presidente da AVM, Cel. PM RR Eugênio Semmer, que cedeu o espaço para a realização da reunião, e igualmente manifestou apoio.

Feitas as alusões iniciais, foram apresentados os tópicos que seriam abordados na reunião, a saber:

I - considerações sobre a representatividade da classe dos Oficiais Militares Estaduais nos Estados da Federação;

II - exposição sobre a distinção entre representatividade institucional e representatividade de classe;

III - apresentação de recentes modificações constitucionais, aprovação de lei, divulgações na mídia e debates no mundo político, que repercutem diretamente na classe dos Oficiais;



IV - demonstraçãõ da necessidade de uma entidade que se apresente como espaço para informaçaõ, discussãõ e manifestaçaõ dos Oficiais Militares Estaduais do Paraná, sobre os assuntos de interesse da classe;

V - sugestãõ de fundamentos e objetivos para eventual entidade representativa dos Oficiais Militares Estaduais; e,

VI – definições que se mostravam necessárias quanto  constituiçãõ da entidade, estrutura básica, critérios para a composiçãõ dos conselhos (deliberativo, fiscal e diretor) e elaboraçãõ do estatuto.

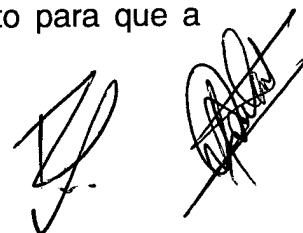
Quanto ao primeiro tpico, foi apresentado um mapa do Brasil, apontando que a maioria dos Estados do Norte, Nordeste, todos os Estados do Sudeste, Centro-oeste e Sul, contam com Associações de Oficiais Militares Estaduais. Destacou que as únicas Unidades Federativas que ainda não possuem as referidas entidades são: Acre, Roraima, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Paraná.

s 14h02min adentrou ao recinto o Presidente da AVM, Cel. Semmer, a quem o Cap. Goulart passou a palavra. Relatou que a AVM está de portas abertas para receber os Oficiais nas discussões que estavam sendo estabelecidas, explicitando a positividade da iniciativa. Informou que a AVM não tem o condão de representatividade de classe, mas que sua atuaçãõ está voltada à prestaçãõ de serviçõs e benefícios aos associados, como por exemplo: reas de lazer, auxílios diversos, e colnias de férias. Feitas estas considerações, às 14h11min, o Cel Semmer informou que precisaria se ausentar em razão de compromissos decorrentes da sua funçãõ junto à AVM.

Retomando a palavra o Cap. Goulart passou a apresentar o segundo tpico. Destacou a necessidade da diferenciaçãõ entre representatividade institucional e representatividade de classe. Em seguida, solicitou a participaçãõ do Cel. Farias para discorrer sobre essa questão.

Com a palavra, o Cel. Farias explanou sobre a distinçãõ entre Corporaçãõ e Classe. Destacou que o Comandante representa a Corporaçãõ e os interesses institucionais, mas disse que esta é conduzida por pessoas. Ressaltou que estes profissionais são dotados de direitos e interesses privados, que precisam ser defendidos. Destacou que nesse plano encontra-se a representaçãõ de classe. Evidenciou a importância da voz da classe, que tecnicamente tem relaçãõ com matéria política, contudo, não partidária. Falou que as entidades de representaçãõ de classe falam em nome dos trabalhadores, enquanto os dirigentes representam as instituições e as políticas estatais. Comentou que o fortalecimento da classe contribui necessariamente para o fortalecimento da corporaçãõ. Enfatizou a necessidade de que os profissionais tenham orgulho de pertencer  classe e de participar da entidade representativa correspondente.

s 14h18min o Cel. Malucelli pediu a palavra. Prontificou-se a auxiliar na formaçãõ da entidade através de sua experiência obtida na sua atuaçãõ junto à Federaçãõ das Empresas de Transporte de Cargas. Citou que representa 20.000 empresas de transporte em todo o Estado do Paraná. Destacou a importância de que sejam estudados estatutos de outras instituições. Alertou quanto às divergências que surgem nas associações, tendo em vista a diversidade de interesses não convergentes. Citou a necessidade de investimento para que a entidade consiga desenvolver uma representatividade efetiva.



Agradecendo as contribuições do Cel. Farias e do Cel. Malucelli, às 14h32min, o Cap. Goulart passou a tratar do terceiro tópico. Comentou a importância de que a classe dos Oficiais se mantenha informada, dentre outras questões, a respeito daquelas que envolvam suas prerrogativas e direitos. Passou a apresentar alguns eventos que ocorreram nos últimos seis meses, que podem ter implicações nas prerrogativas e direitos da classe dos Oficiais, como a Emenda Constitucional nº 82/2014, de 16 de julho de 2014, que inseriu o § 10 no artigo 144 da CF. Citou também a vigência da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que trata do Estatuto Geral das Guardas Municipais. Destacou também a sequência de matérias jornalísticas publicadas e debates políticos dos últimos meses, que apontam para um cenário de prováveis mudanças estruturais na segurança pública para o ano de 2015. Mencionou que eventuais alterações institucionais refletem inevitavelmente nas carreiras, direitos e prerrogativas dos Militares Estaduais e que, por esta razão, a classe dos Oficiais não pode ser tomada de surpresa neste processo. Ressaltou a importância de que a classe se mantenha informada, participe das discussões e se posicione sobre os assuntos que tenham relação com os seus direitos e prerrogativas. Avaliou que a classe tem três alternativas diante do contexto de prováveis mudanças, bem como dos demais desafios enfrentados: desconsiderar ou fazer de conta que está correndo bem; aguardar que as mudanças aconteçam e avaliar depois as consequências; ou envolver-se no estudo do problema e na busca de soluções. Citou que se exige da classe, nos casos relacionados aos seus direitos e prerrogativas: manter-se informada; participar das discussões ligadas aos temas de interesse; manifestar-se ou posicionar-se diante de eventuais violações ou risco de que aconteçam.

Atinente ao quarto tópico, o Cap. Goulart definiu a entidade representativa da classe dos Oficiais como um espaço destinado: à informação dos associados sobre assuntos relacionados aos seus interesses; à exposição de ideias e discussão dos temas; e, à manifestação ou posicionamento da classe.

Quanto ao quinto tópico, tratando dos fundamentos ou princípios que devem nortear a atuação da entidade, apresentou as seguintes sugestões: 1. Respeito ao pensamento divergente; 2. Adesão ao voto da maioria; 3. Valorização do argumento pela fundamentação; e, 4. Prevalência do interesse comum sobre divergências pessoais.

Destacou que cada associado precisa ter assegurado o seu direito de manifestação, mesmo que seu ponto de vista seja isolado ou contrário à percepção da maioria. Frisou que diante das votações, é fundamental que eventuais associados vencidos nas suas opiniões aceitem o entendimento da maioria e se unam a ela em defesa do posicionamento adotado, de forma que a divergência não ultrapasse os limites da entidade. Falou que a valorização do argumento deve se pautar na coerência da fundamentação e não na pessoa que o apresenta. Ressaltou que eventuais divergências pessoais devem ser deixadas de lado, quando o assunto é a defesa dos interesses da classe. Mencionou que qualquer espécie de desentendimento entre associados não pode prejudicar o desenvolvimento da entidade representativa. Destacou que o amadurecimento é necessário e inclui essa disposição.

A respeito dos objetivos que deveria buscar a entidade representativa da classe dos Oficiais, o Cap. Goulart apresentou as seguintes sugestões:

I - representar os associados perante os poderes constituídos, instituições públicas e privadas;

II - defender os interesses e direitos dos associados sempre que estes estiverem sendo lesados ou na iminência de o serem;

III - desenvolver na classe associada uma postura política, não partidária, nas questões que envolvam os interesses dos Oficiais Militares Estaduais do Paraná;

IV - concorrer para o engrandecimento das instituições militares estaduais.

Sendo consultados os presentes a respeito dos fundamentos e objetivos, por unanimidade houve aprovação.

Às 14h52min, o Cel. Justino pediu a palavra e fez uma explanação sobre sua experiência no ano de 1987, quando participou da assessoria parlamentar em Brasília. Também manifestou seu apoio a eventual entidade representativa dos Oficiais que vier a ser criada.

Com a palavra, o Cap. Goulart abordou o sexto tópico. Disse que diante do posicionamento coletivo favorável à estruturação de uma entidade representativa da classe dos Oficiais Militares Estaduais, algumas definições precisariam ser tomadas naquele encontro. Citou que a primeira definição dizia respeito à formatação da entidade, para o que se vislumbravam três alternativas:

Primeira: o desenvolvimento de um trabalho vinculado à estrutura do Clube dos Oficiais, com enfoque representativo;

Segunda: a filiação dos interessados à AME Paraná, entidade criada há alguns anos que existe de direito, mas não se encontra com atuação de fato; e,

Terceira: a criação de uma Associação de Oficiais independente e desvinculada de outras entidades já em funcionamento.

Comentou que a AME Paraná foi constituída pela Diretoria do Clube dos Oficiais, há alguns anos, pela necessidade de filiação junto à AMEBRASIL, que possui abrangência nacional. Observou que há dois anos, aproximadamente, quando tomou conhecimento da existência da citada entidade, esta se encontrava com alguns atrasos e multas junto à Receita. Registrou que eventual utilização da referida pessoa jurídica implicaria na regularização das pendências e alteração de estatuto, de forma que representasse a vontade do grupo de Oficiais reunidos. Ressaltou que também haveria exposições referentes às outras duas alternativas, de forma que os presentes tivessem condições de se posicionar a respeito daquela que melhor atendesse aos seus anseios.

Às 15h10min foi passada a palavra ao Cel. Farias, que fez suas considerações a respeito da primeira alternativa, ou seja, do trabalho vinculado ao Clube dos Oficiais. Discorreu sobre a representatividade exercida pelo Clube dos Oficiais em conquistas históricas para a classe dos Militares Estaduais, bem como na promoção de reuniões e eventos com repercussão de ordem representativa. Comentou sobre algumas vantagens que a classe dos Oficiais teria caso optasse por associar-se ao Clube dos Oficiais e desenvolver um trabalho representativo vinculado à referida entidade.

Às 15h28min, o Cap. Caetano comentou sobre a terceira alternativa. Apontou algumas implicações que poderiam decorrer de eventual entidade não

formal, voltada à representatividade, atuando junto ao Clube dos Oficiais. Citou os valores aproximados para arcar com as despesas básicas previstas para a criação e manutenção de uma associação sem fins lucrativos, que seria o caso da Associação dos Oficiais. Defendeu a cooperação entre o Clube dos Oficiais e a instituição representativa que venha a ser criada.

Às 15h33min, a palavra foi passada ao Maj. Elias. Afirmou que a atividade de representação dos Oficiais deve espelhar as aspirações da classe. Destacou a necessidade de se definir a vocação da entidade, e que esta, além da postura política, deve valorizar o potencial técnico e intelectual dos seus associados. Enfatizou também que a classe dos Oficiais pode contribuir com a segurança pública do Estado, utilizando do seu conhecimento e experiência. Registrou sua sugestão quanto a consultar a Diretoria do Clube dos Oficiais, a respeito da disposição e possibilidade de mudança cultural, avançando do lazer para a representatividade.

Às 15h52min, o Cap Kredens pediu a palavra e narrou acontecimentos pretéritos que indicavam a necessidade da união entre os Oficiais integrantes dos diversos postos. Falou sobre as dificuldades de compatibilizar os interesses representativos com a realidade vivenciada pelo Clube dos Oficiais. Manifestou a sua opinião, no sentido de que eventual entidade que viesse a ser criada deveria contar principalmente com o envolvimento dos Oficiais da Ativa.

Às 16h10min, o Cap. Selleti considerou a dificuldade que seria encontrada pelo Clube dos Oficiais, caso decidisse mudar sua cultura para atuação representativa de classe.

Às 16h11min, ninguém mais solicitando o uso da palavra, o Cap. Goulart passou à votação dos pontos.

Quanto à primeira alternativa, relativa ao desenvolvimento de um trabalho representativo junto ao Clube dos Oficiais, obteve-se 01 (um) voto entre os presentes. Referente à hipótese de se ouvir a Diretoria do Clube dos Oficiais para avaliar eventual disposição e viabilidade de mudança cultural, obteve-se 02 (dois) votos. No que tange à hipótese de vinculação à AME Paraná, que era a segunda alternativa, não houve nenhum voto. Concernente à criação de uma nova entidade, foram contabilizados 44 (quarenta e quatro) votos. Ficou então manifesta a intenção dos presentes, na criação de uma Associação de Oficiais Militares Estaduais do Paraná, com independência em relação às outras instituições já existentes.

Na sequência, foi colocada em pauta de votação a estrutura que a Associação dos Oficiais deveria conter. Tomou-se por base a constituição de três conselhos: Deliberativo, Fiscal e Diretor. O Conselho Deliberativo seria responsável pela avaliação dos temas e tomada de decisões. O Conselho Fiscal acompanha a regularidade das atividades desenvolvidas, tendo em vista os fins a que se destina a entidade. Por sua vez, o Conselho Diretor trata de questões administrativas da Associação, e transmite externamente as decisões do Conselho Deliberativo.

No que diz respeito à composição do Conselho Deliberativo, sugeriu-se o critério da escolha de 03 (três) representantes mais votados de cada posto, eleitos pelos seus pares, em um total de 18 (dezoito) componentes, assim distribuídos: 03 (três) representantes do posto de 2º Tenente; 03 (três)



representantes do posto de 1º Tenente; 03 (três) representantes do posto de Capitão; 03 (três) representantes do posto de Major; 03 (três) representantes do posto de Tenente-Coronel; e, 03 (três) representantes do posto de Coronel. Nessa proposta, cada um dos integrantes do Conselho Deliberativo possui o mesmo direito ao voto e à manifestação. Quanto aos Conselhos Fiscal e Diretor, cada associado indicaria um nome para cada uma das citadas funções. Essa sugestão para a composição dos conselhos e eleição dos seus componentes foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

A respeito da elaboração do estatuto da Associação, por sugestão do Cap. Blasius, decidiu-se que um grupo de Oficiais voluntários ficaria responsável pelo estudo, discussão e apresentação de uma proposta de Estatuto para avaliação dos demais Oficiais. Tal apresentação seria feita por email, antes da próxima reunião, com a possibilidade de que os Oficiais apresentem suas considerações e sugestões ao grupo. Para essa atividade, apresentaram-se como voluntários: Cap. Murbach, Cap. Valter, Cap. Sampaio, Cap. Denkewski, Cap. Prus, Cap. Durante, Cap. Kredens, Cap. Campiolo, Cap. Diniz, 1º Ten. Daner, 1º Ten. Karpinski e 1º Ten. Maceno.

Às 16h21min, o Cap. Rocha comentou sobre a importância do envolvimento dos Oficiais do Interior nas discussões referentes à criação da Associação. Às 16h22min, o Cap. Murbach e Cap. Oliveira sugeriram a utilização de videoconferência para que os Oficiais do Interior pudessem acompanhar a próxima reunião. Em seguida, o Cap. Blasius recomendou a utilização da estrutura do DETRAN para videoconferência.

O Cap. Goulart comentou sobre a futura difusão do teor da presente reunião a todos os Oficiais, bem como do encaminhamento do esboço de estatuto para que todos tenham condições de fazer as considerações e sugestões antes da sua votação em assembleia. Citou ainda que estão sendo avaliadas alternativas para que todos os Oficiais, independentemente da região ou cidade em que atuam, tenham condições de participar em condições de igualdade da Associação.

Às 16h25min, foi colocada em pauta a data para próxima reunião. Sendo sugeridas as datas de 10 e 19 de dezembro de 2014, verificaram-se 02 (dois) votos para o dia 19 de dezembro de 2014, enquanto todos os demais presentes escolheram o dia 10 de dezembro do corrente, a partir das 13h30min, o que ficou estabelecido. Quanto à definição do local onde será realizada a citada reunião, será divulgada por e-mail, com antecedência mínima de 05 dias.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Cap. Goulart deixou o espaço aberto para eventuais perguntas ou considerações dos presentes. Como não houve, agradeceu a presença, participação e envolvimento de todos, dando por encerrada a reunião às 16h30min.

A presente ATA segue assinada pelo Cap. Sampaio e Cap. Goulart.

